



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



Parecer

Impugnação do Edital 008/2016  
apresentada pela Viação Noiva do  
Mar Ltda.

Adoto os fundamentos do Parecer do IDHES, firmado pelo Sr. Mauri Cruz (em anexo), ao qual faço remissão sem transcrição de modo a não ser repetitivo.

Apenas queremos adendar alguns aspectos que julgamos importantes.

O sistema de transporte coletivo no Brasil é público, podendo ser operado diretamente pelo Estado ou concedido para que particular preste o serviço. Esta concessão a particular não tira a natureza pública do serviço, devendo o ente estatal manter o controle sobre o mesmo.

Historicamente em nosso país houve um desvirtuamento na natureza destes serviços, onde estas concessões evoluíram no sentido de criar uma situação de fato em que o serviço deixou de ser público, mas uma atividade privada onde o Estado perdeu o controle sobre o mesmo, não tendo dados confiáveis sobre a real situação do sistema de transporte coletivo.

Isso fica claro, inclusive, na própria impugnação ofertada, onde o impugnante mostra que absorveu culturalmente este desvirtuamento, pois deixa patente que no seu íntimo considera privado um serviço que nunca deixou de ser público, na medida que fala em estatização e desestatização, em colocação pateticamente desapropriada



Estado do Rio Grande do Sul  
PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE  
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



para o presente caso.

O novo sistema que se quer implantar retoma ao Município o controle do sistema. E como isso será feito? Com a bilhetagem voltando às mãos da municipalidade, que assim terá a idéia exata dos números do sistema.

Sendo o transporte coletivo um serviço público remunerado por tarifa, esta tarifa é receita pública. Ora, se é receita pública natural que seja arrecadada pelo Poder Público. Logo, a arrecadação desta receita pública por empresa privada é uma anomalia.

Além de anomalia, a arrecadação da receita pública do sistema pelas empresas que hoje operam o mesmo, gera enriquecimento sem causa destas empresas em detrimento ao erário municipal ou ao próprio sistema.

Avaliamos que o sistema de transporte coletivo no município do Rio Grande arrecade cerca de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) por mês, arrecadação esta realizada por pessoa jurídica que não as empresas, mas por ela criada.

Todo o ganho financeiro obtido com essa receita contínua, que poderia reverter ao sistema para, por exemplo, reduzir a tarifa, é apropriada por empresa privada.

O Brasil é um país pródigo em transferências inadequadas de recursos públicos para o setor privado, mas poucas tão explícitas como esta.

Não é por acaso que a impugnação se volta contra a bilhetagem pública. Hoje as empresas, através de outra pessoa jurídica constituída especialmente para tal, tem ganhos financeiros consideráveis com a gestão da arrecadação dos valores da bilhetagem, ganhos estes que não revertem para o sistema, como deveriam, pois são gerados através de aplicação financeira do recurso que é deste sistema.

No novo sistema as empresas operadoras terão seu





Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



lucro na execução do serviço de transporte de passageiros, que, afinal, é o objeto do contrato, não mais tendo rendimentos financeiros resultantes de aplicação dos valores arrecadados através da tarifa, que tem natureza de receita pública.

Em suma, a bilhetagem na mão do Município devolve a este o efetivo controle sobre o sistema, além de estancar uma fuga de valores que devem ser públicos e beneficiar o sistema.

Caso houvesse alguma dúvida em relação ao que dispõe a legislação municipal sobre o tema, o que se admite somente por amor ao debate, esta seria dissipada pela Lei 12.587/2012 (Lei da Mobilidade Urbana), em virtude de que a sistemática adotada pelo art. 9º do referido diploma legal, obrigatória a todos os entes da Federação, estabelece uma tarifa pública cobrada do usuário e outra tarifa de remuneração da prestação de serviço, que só pode ser viabilizada se a primeira for arrecadada pelo Município ou por terceiro agindo em seu nome, nunca diretamente pelo prestador do serviço, que fará jus ao recebimento da tarifa de remuneração. Esta nova sistemática implantada pela Lei da Mobilidade Urbana aproximou muito o prestador de serviço de transporte coletivo em regime de concessão ou permissão, ao prestador de serviço que não tenha natureza pública, pelo menos quanto a forma de remuneração, eis que deixa de ser remunerado pela tarifa pública paga pelo usuário, para receber em lugar desta uma tarifa de remuneração, paga pelo poder concedente ou por alguém em seu nome.

Deve-se lembrar que o pleito de antecipação da liquidação da outorga já foi apresentado em sede judicial, na ação anulatória nº 023/1.14.0012665-1 que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Rio Grande, sendo repelido em sede de liminar, em decisão corroborada duplamente pelos agravos de instrumento nº 70063450936 e nº 70065228314, que mantiveram intocáveis tanto a anulação administrativa do edital da licitação anterior, como a decisão administrativa de manter a



Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



outorga no novo regime permissionário, só procedendo sua apuração, para constatar a existência ou não de valor a ser devolvido, quando do final desta permissão.

Do acórdão deste último agravo de instrumento transcrevemos o seguinte trecho:

*“Em suma, em tese, e não se pode afastar as definições administrativas, teria havido intolerável, quiçá colmatado por improbidade, direcionamento na licitação, a cujo respeito, diga-se, a beneficiária não pode esgrimir cândida boa-fé, caso tal tenha ocorrido, vez impensável derivar a distorção administrativa exclusivamente dos agentes administrativos, sem qualquer participação dos beneficiários”.*

Claro está que o pleito de se liquidar imediatamente a outorga paga pela impugnante é completamente descabido e inviável, seja por não haver liquidez, pelo fato do valor só poder ser liquidado no final da prestação de serviços como permissionário, seja por não haver nem mesmo a certeza que haverá crédito contra o Município, a depender do tempo que ainda durar a presente permissão.

Isto posto, pelos motivos aqui explicitados mais os articulados no Parecer do IDHES em anexo, opino pela total rejeição da presente impugnação, sugerindo que sejam repassadas ao impugnante junto com a resposta, cópias destes dois documentos.

Rio Grande, 11 de outubro de 2016.

Fernando Amaro da Silveira Grassi  
Procurador Geral